

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A 12 de Novembro de 2015 o governo do PSD/CDS deu por consumada a privatização da TAP. Neste quadro, essa privatização foi feita por um governo de gestão que tinha sido eleito muito recentemente - outubro de 2015 - mas cujo programa já tinha sido reprovado na Assembleia da República, dois dias antes da concretização formal daquela privatização.

Como corolário deste processo, o governo da altura entregou a David Neelman e a Humberto Pedrosa da Atlantic Gateway, o consórcio criado por estes empresários para a privatização, que passaram a mandar na empresa com mais de 60% de participação no capital social na companhia de aviação portuguesa, o controle total da respetiva empresa.

O PSD e o CDS nunca esconderam a vontade de entregar a maioria do capital da companhia de bandeira portuguesa a privados para que, segundo estes partidos, pudesse ser capitalizada por privados.

Apesar da vontade antiga, e muitas vezes propalada por ambos os partidos, a auscultação para este processo bem-sucedido da privatização, começou em janeiro de 2015 e passou por algumas vicissitudes e teve apenas 3 interessados. A escolha de David Neelman e Humberto Pedrosa ocorreu a 12 de junho de 2015 depois de uma seleção em que Miguel Pais do Amaral não cumpriu requisitos legais e o empresário Efromovich perdeu a disputa com o consórcio Atlantic Gateway.

Na semana passada ficamos a saber que o Ministério Público abriu inquérito à compra de aviões pela TAP, na altura que esta era controlada por David Neelman. Este procedimento surge na sequência de uma auditoria às decisões relativas às aquisições de aeronaves, solicitada pelo então Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, cujos resultados foram conhecidos em outubro de 2022 e entregues ao Ministério Público na mesma altura.

Da informação recolhida e tendo em conta a gravidade das matérias, que foram tornadas

públicas, o GPPS considera que uma possível descapitalização da TAP em 444 milhões de euros acompanhada com uma hipotética operação pouco transparente de financiamento da privatização por David Neelman deve ser clarificado

Assim, o GPPS requer aos Ministérios das Finanças e Infraestruturas todas as informações disponíveis relacionadas com o caso. Além da informação da tutela governativa solicita-se ainda a informação disponível na Parpública e obviamente na própria TAP. Além de toda a documentação relacionada é relevante compreender os intervenientes e as decisões políticas que deram origem às operações descritas na imprensa.

Estes elementos são muito importantes para o GPPS determinar a dimensão da questão e compreender todos os factos e personalidades envolvidas. É uma exigência necessária para atuar com sentido de responsabilidade na salvaguarda do interesse público, mas também na proteção da empresa que tem neste momento, porventura, o maior desafio da sua história.

Palácio de São Bento, 14 de fevereiro de 2023

Deputado(a)s

EURICO BRILHANTE DIAS(PS)

CARLOS PEREIRA(PS)

HUGO COSTA(PS)